

Apêndice IV-A do Projeto Básico

BRIEFING

1. HISTÓRICO E SITUAÇÃO GERAL

O Ministério do Desenvolvimento Regional foi criado em janeiro de 2019 com o desafio de integrar, numa única Pasta, as diversas políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo. As ações da Pasta visam apoiar os 5.570 municípios brasileiros na melhoria da qualidade de vida da população. Foi estruturado a partir da junção dos antigos Ministérios das Cidades (MCid) e da Integração Nacional (MI), com adaptações para otimizar a administração de programas, recursos e financiamentos.

As **Políticas Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)** e a de **Desenvolvimento Urbano (PNDU)** são a espinha dorsal do Ministério. A partir das diretrizes dessas políticas públicas, o MDR torna-se importante articulador do desenvolvimento do País, de forma coerente e integrada, em parceria com estados e municípios.

Para apoiar os setores produtivos e reduzir as desigualdades regionais, o Ministério atua na implementação da PNDR, com programas de apoio aos pequenos produtores, para gerar emprego e renda, a exemplo do Programa **Rotas da Integração Nacional**.

É o MDR que coordena, também, a **política habitacional** – estimulando e fomentando o acesso à moradia e as ações de regularização fundiária; projetos e obras de **saneamento** em todo o País, com o desafio de levar tratamento de esgoto e de água às regiões que ainda não possuem esse direito essencial à saúde pública; e empreendimentos de mobilidade urbana, afim de melhorar o trânsito e o tráfego de pessoas e veículos.

A gestão da **política de segurança hídrica** é outra atribuição da Pasta. As ações visam ofertar água à população e à atividade econômica em todo o território nacional, sobretudo em regiões frequentemente afetadas por períodos de seca. Diversos empreendimentos hídricos, como barragens, adutoras e reservatórios, são executados com recursos federais sob gestão da Pasta. A área de **recursos hídricos**, incluindo revitalização de bacias, também está no âmbito do MDR.

O Centro-Oeste, Norte e Nordeste são prioritários na PNDR, por isso os **Fundos Constitucionais de Financiamento e os Fundos de Desenvolvimento Regional** são voltados para essas regiões. Sob gestão do MDR, os recursos são provenientes de tributos destacados pela União para a implementação de ações que visam à redução das desigualdades regionais por meio de incentivos e isenções fiscais em favor dos setores produtivos - pequenos, médios e grandes investidores.

A **Política Nacional de Irrigação** é outra área de atribuição do Ministério. Um dos focos tem sido a implementação dos Polos de Produção

Irrigada em regiões com vocação para a atividade, a fim de impulsionar e organizar os produtores.

Por fim, outra grande política coordenada pelo Ministério, de fundamental importância aos municípios, é a de **Proteção e Defesa Civil**, coordenadas pela Defesa Civil Nacional. Além de ações e investimentos para prevenção a desastres naturais, o órgão apoia as localidades afetadas, tanto no socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais à população, quanto na reconstrução de infraestruturas danificadas. A Operação Carro-Pipa federal é também uma das atribuições, executada por meio de parceria com o Exército Brasileiro.

O **Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad)**, vinculado à Defesa Civil Nacional, atua 24 horas por dia na gestão de crises, monitoramento e operações. É o Cenad que recebe os alertas de desastres de diversos órgãos e encaminha às defesas civis locais para que sejam tomadas as providências emergenciais para salvar vidas. O órgão é o gestor do sistema que possibilita a estados e municípios o envio de mensagens a celulares de todo o País com alertas de desastres.

Em 2020, as políticas de mobilidade e desenvolvimento regional e urbano foram integradas, por meio do Decreto n. 10.290, numa única secretaria: Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano. Também foi criada a Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa - vinculada à Executiva -, com a função de planejar, coordenar e promover atividades de desenvolvimento organizacional e de modernização administrativa no âmbito da Pasta. Essas são algumas das principais mudanças trazidas pela reestruturação do ministério, que ajustou, ainda, o quadro de cargos em comissão e das funções de confiança, com a finalidade de aperfeiçoar a gestão das políticas.

2. POLÍTICAS

O Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme disposto no **DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020**, tem como suas competências:

- política nacional de desenvolvimento regional;
- política nacional de desenvolvimento urbano;
- política nacional de proteção e defesa civil;
- política nacional de recursos hídricos;
- política nacional de segurança hídrica;
- política nacional de irrigação, observadas as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- política nacional de habitação;
- política nacional de saneamento;
- política nacional de mobilidade urbana;

- política de subsídio à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana;
- política nacional de ordenamento territorial;
- estabelecimento de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos:
 - dos programas de financiamento relativos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO;
 - dos programas de financiamento de que trata a [alínea “c” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição](#);
 - do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; e
 - do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;
- estabelecimento de normas para o cumprimento das programações orçamentárias do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam e do Fundo de Investimento do Nordeste - Finor;
- estabelecimento de metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana realizados com aplicação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; e
- planos, programas, projetos e ações de:
 - desenvolvimento regional, metropolitano e urbano;
 - gestão de recursos hídricos;
 - infraestrutura e garantia da segurança hídrica;
 - irrigação;
 - proteção e defesa civil e de gestão de riscos e desastres; e
 - habitação, saneamento, mobilidade e serviços urbanos.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Regional é composto por cinco secretarias finalísticas e oito entidades vinculadas.

Secretarias:

- a)** Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- b)** Secretaria Nacional de Segurança Hídrica;
- c)** Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano;
- d)** Secretaria Nacional de Habitação;
- e)** Secretaria Nacional de Saneamento.

Entidades vinculadas:

- 1.** Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam;
- 2.** Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene;

3. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco;
4. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs; e
5. Agência Nacional de Águas - ANA; e
6. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf;
7. Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; e
8. Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb.

4. MAPA ESTRATÉGICO



5. CONCEITO

O Mapa Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Regional estabelece o aperfeiçoamento da comunicação interna e externa como metas a serem alcançadas. Para isso, a Assessoria de Comunicação Social do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL deve atuar para:

- Estabelecer a Política de Comunicação Social do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, zelando pela transparência das informações públicas;

- Zelar pela imagem do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL e seus gestores, bem como a memória institucional;

- Desenvolver no campo da comunicação, interna e externa, os objetivos estratégicos, a missão e a visão do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL;

- Informar a sociedade brasileira sobre a atuação do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, seus gestores e servidores;

- Desenvolver Planos de Comunicação anuais, bem como Planos de Comunicação específicos para a divulgação de assuntos de interesse do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL;

- Implementar e mensurar os resultados das estratégias e ações propostas nos planos de comunicação;

- Desenvolver produtos de comunicação para os públicos externo e interno da instituição;

- Alimentar a imprensa com informações de interesse público, divulgando programas, ações e estratégias do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, reforçando sua imagem institucional;

- Criar ações que aproximem os gestores do ministério dos órgãos de imprensa para facilitar a divulgação de informações e permitir esclarecimentos necessários sobre temas de interesse da pasta;

- Agendar e acompanhar entrevistas exclusivas ou coletivas;

- Criar banco de pautas especiais que possam ser úteis para a imprensa;

- Acompanhar os trabalhos de todas as equipes do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL para realizar reportagens, avisos de pauta, releases;

- Acompanhar os gestores e técnicos da instituição em viagens a trabalho, redigindo briefings, agendando e acompanhando entrevistas;

- Informar e esclarecer a imprensa sobre políticas públicas desenvolvidas pela instituição, elaborando, quando necessário, press releases e press kits especiais;

- Desenvolver ações na área de assessoria de imprensa e relações públicas que contribuam para potencializar campanhas;

- Desenvolver outras ações próprias da área de Comunicação Social sempre que demandada pelos gestores do MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

6. PROBLEMA ESPECÍFICO DE COMUNICAÇÃO

NOVO PROGRAMA HABITACIONAL – CASA VERDE E AMARELA

Apesar da existência de programas habitacionais e de urbanização conduzidos pelo governo brasileiro, as necessidades habitacionais permanecem pendentes de equacionamento. O déficit habitacional, acumulado ao longo de décadas, representa um passivo de 6,35 milhões de moradias, que agregado à demanda habitacional futura, correspondente à quantidade de moradias que deverão ser acrescidas ao estoque habitacional para acomodar o crescimento populacional futuro e a formação de novas famílias, resulta no desafio de produção média de cerca de 1,23 milhão ano a ano, até 2030. Para além do déficit propriamente dito, há ainda outros tantos milhões de habitações inadequadas, isto é, que carecem de um ou mais requisitos de habitabilidade, como serviços de infraestrutura urbana (água, esgotos, energia elétrica ou coleta de lixo) e unidade sanitária interna, ou que apresentam má conservação, problemas de regularização fundiária e adensamento excessivo (mais de 3 moradores por dormitório).

Diante da complexidade e da escala dos desafios postos no setor, o Programa Casa Verde e Amarela justifica-se pela necessidade de corrigir erros do passado com o aprimoramento dos programas habitacionais existentes e a diversificação do catálogo de opções ofertado, tendo em vista as realidades diversas sobre as quais a política habitacional deve incidir.

Parte-se da premissa de que a habitação consiste em questão mister nas políticas públicas, ao se projetar como uma forma material de inclusão social. Nessa linha, o Programa proposto tem por finalidade a efetivação do direito constitucional à moradia, com a perspectiva de que, em paralelo ao alcance da melhoria das condições de vida e de habitabilidade das populações urbanas e rurais, o desenvolvimento socioeconômico e a geração de trabalho e renda possam ser fomentados. Esse aspecto é ainda mais importante no contexto de pandemia enfrentado pelo Brasil.

Nos últimos anos, os programas conduzidos pelo Governo Federal para enfrentar os problemas de déficit habitacional centraram-se quase que exclusivamente na estratégia de produção de moradias. Ao longo do tempo, falhas como a criação de condomínios afastados dos centros urbanos, carentes de infraestrutura básica, foram se tornando evidentes, exigindo novas abordagens para enfrentar o problema.

O programa Casa Verde e Amarela traz inovações e tem como principais pilares:

- A ampliação do acesso ao financiamento imobiliário, por meio da redução das taxas de juros, que possibilitará que famílias com rendas menores possam contratar. Essa medida possibilitará produzir mais moradias com o mesmo recurso.
- Ampliação da capacidade de contratação de unidades habitacionais a partir da renegociação da remuneração do agente financeiro – com o mesmo orçamento será possível contratar mais unidades;
- Estímulos que favoreçam a expansão do acesso a moradia nas regiões onde historicamente as contratações de financiamentos são mais baixas do que a disponibilidade financeira – Norte e Nordeste. Essas regiões terão tratamento diferenciado;
- Regularização Fundiária – há no Brasil entre 10 a 12 milhões de residências que se encontram na ilegalidade, sem escritura pública, mas que são passíveis de regularização. Por meio de editais de seleção, o programa vai apoiar prefeituras na regularização dessas moradias. Além da segurança garantida pela escritura pública, a regularização proporciona uma valorização do imóvel entre 40 a 60%, bem como a inclusão financeira dessas famílias, que passam a ter um bem como garantia.
- Melhorias habitacionais – dentro das áreas selecionados pelas prefeituras para as ações de regularização, serão selecionadas residências de famílias de baixa renda que precisem de melhorias que garantam as condições mínimas de habitabilidade. O programa vai financiar essas reformas e intervenções.

7. DESAFIO DE COMUNICAÇÃO

Tendo como base essas informações, a empresa deve, com clareza e concisão:

1. Elaborar um Plano de Comunicação que estabeleça estratégias de divulgação dos avanços proporcionados pelo novo programa, com intuito de gerar o debate positivo sobre o tema, a mobilização dos atores envolvidos no processo, o esclarecimento da população, o esclarecimento sobre os ganhos gerados a partir da reformulação; gestores públicos e formadores de opinião devem ser esclarecidos sobre as oportunidades para os municípios na área de regularização fundiária e melhorias nos imóveis.

7.1 - OBJETIVOS DE COMUNICAÇÃO – GERAL E ESPECÍFICOS

- **Geral:** Esclarecer ao público que o Programa Casa Verde e Amarela vai possibilitar a democratização do acesso à moradia, permitindo que mais pessoas

realizem o sonho da casa própria, seja pela aquisição de um imóvel, seja pela regularização fundiária.

Objetivos específicos:

- 1.1. Garantir que o público potencial dos financiamentos seja atingido pelas mensagens e possa ter o esclarecimento sobre como acessar os recursos;
- 1.2. Reforçar que o programa é uma ação do Governo Federal e conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional;
- 1.3. Traçar diagnóstico, apontando principais problemas de comunicação a serem enfrentados pelo Plano de Comunicação;
- 1.4. Dialogar com os públicos-alvo definidos neste exercício;
- 1.5. Definir estratégias, ações e mensagens-chave para a divulgação da ação do ministério;
- 1.6. Traçar análise de risco e propor ações de prevenção e gestão de possíveis crises.

7.2 – PÚBLICOS-ALVO

- (A) População com interesse na aquisição da casa própria;
- (B) Gestores Públicos;
- (C) População em geral;
- (D) Investidores;
- (E) Mídia regional;
- (F) Mídia nacional.

7.3 – PRAÇAS

Nacional;
Recorte especial para as regiões Norte e Nordeste.

7.4 – PERÍODO

3 meses.

7.5 - VERBA REFERENCIAL PARA INVESTIMENTO

Todas as propostas apresentadas devem estar contempladas nas possibilidades de serviços contidos no Projeto Básico e não devem ultrapassar o valor de R\$ 2 milhões para execução.

7.6 - PESQUISAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

- Mais informações poderão ser obtidas no gov.br/casaverdeeamarela

7.7 - RECURSOS PRÓPRIOS DE COMUNICAÇÃO

- Portal
- Perfis nas redes sociais (Facebook, Twitter, Youtube, Instagram)
- Ouvidoria

7.8 – ESFORÇOS ANTERIORES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL (RELATIVOS AO TEMA DO BRIEFING)

O programa foi lançado recentemente. A partir do mês de outubro deverá ser veiculada campanha publicitária sobre as inovações trazidas pelo Casa Verde e Amarela e os benefícios oferecidos aos cidadãos.

Este briefing é para efeito de julgamento do **quesito 1**, da proposta técnica. O MDR se reserva ao direito de utilizar ou não do planejamento de comunicação proposta pela licitante.